

6 Referências Bibliográficas

ADRIÃO, T. *et al.* Oferta educativa e responsabilização no PDE: O plano de ações articuladas. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v. 38, n. 135, p. 779-796, set./dez. 2008.

AGUIAR, J. *Competência e autonomia dos municípios na nova constituição*. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

ALBERNAZ, A; FERREIRA, F; FRANCO, C. Qualidade e equidade no ensino fundamental brasileiro. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v.32, n. 3, 2002.

ALVES, F. *Qualidade na educação fundamental pública nas capitais brasileiras: tendências, contextos e desafios*. 2007a. 243p. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. ALVES, F. Qualidade da educação fundamental: integrando desempenho e fluxo escolar. *Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas Educacionais*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 57, p. 525-542, out./dez. 2007b.

ARRETCHE, M. Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 40, jun. 1999.

BIONDI, R.; FELICIO, F. *Atributos escolares e o desempenho dos estudantes: uma análise em painel dos dados do Saeb*. Brasília: INEP, 2007 (Série documental. Texto para discussão).

BONAMINO, A.; FRANCO, C. Avaliação e política educacional: o processo de institucionalização do SAEB. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 108, nov./1999, p. 101-132.

BONAMINO, A.; ALVES, F.; FRANCO, C. Qualidade do ensino fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n.100 – Especial, p.989-1014, out. 2007.

BRANDÃO, Z.; BAETA, A.; ROCHA, A. *Evasão e Repetência no Brasil: a escola em questão*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. *Decreto 6.094 de 24/04/2007*. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília, DF, abril

de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm> Acesso em: fevereiro de 2009.

CASTRO, J.; DUARTE, J. *Descentralização da educação pública no Brasil: trajetória dos gastos e das matrículas*. Brasília: IPEA, ago. 2008 (Texto para discussão nº 1352).

CORNI, D. Ensino Fundamental de 9 anos: estamos preparados para implantá-lo? *Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas Educacionais*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 54, p. 67-80, jan/mar. 2007.

CURI, A.; MENEZES-FILHO, N. *Os efeitos da pré-escola sobre salários, escolaridade e proficiência*. São Paulo: IBMEC, 2006. (Working Paper).

DAVIDOVICH, F. Metrôpole e território: metropolização do espaço no Rio de Janeiro. *Cadernos Metrôpole* n. 6, pp. 67-77, 2º sem. 2001.

DAVIS, C.; SILVA, R. É proibido repetir. *Estudos em Avaliação Educacional*, n. 7, p.5-44, jun. 1993.

DIAS, F. A questão metropolitana. *Cadernos Metrôpole* n.14, pp. 11-29. 2º sem. 2005.

FERNANDES, R.; GREMAUD, A. Qualidade da Educação: Avaliação, Indicadores e Metas. In: VELOSO, F.; PESSÔA, S.; HENRIQUES, R.; GIAMBIAGI, F. (Orgs.). *Educação Básica no Brasil: Construindo o país do futuro*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FERNANDES, R. *Expansão Escolar e Qualidade de Ensino: o Brasil na Década de 1990*. Tese (Livre Docência). Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, FEARP, São Paulo. 2004.

FERNANDES, R.; NATENZON, P. A Evolução Recente do Rendimento Escolar das Crianças Brasileiras: Uma reavaliação dos Dados do SAEB. *Estudos em Avaliação Educacional*. N. 28, p.3-22, dez. 2003.

FERRÃO, M.; BELTRÃO, K.; SANTOS, D. *Impacto das políticas de não-repetência no desempenho acadêmico dos alunos da 4ª série: modelagem multinível*. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2002.

FLETCHER, P. (1985). A repetência no ensino de 1º grau: um problema negligenciado da educação brasileira. Uma análise preliminar e sugestão de avaliação adicional. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 10-41, jan./jun. 1985.

FONTANIVE, N. *A capacitação de professores contribui para a aprendizagem dos alunos? Um estudo das relações entre qualificação*

docente e melhoria de desempenho de estudantes no Ensino Fundamental. 2009. 245p. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FRANCO, C.; BONAMINO, A. A pesquisa sobre característica de escolas eficazes no Brasil: breve revisão dos principais achados e alguns problemas em aberto. *Revista do Programa de Pós Graduação - Educação online PUC-Rio*, n. 1, p. 2-13, 2005. Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.pucRio.br/cgibin/db2www/PRG_1356.D2W/input?CdLinPrg=pt>.

FRANCO, C.; BONAMINO, A. *et al. Eficácia e equidade na educação brasileira: evidências baseadas nos dados do SAEB 2001*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2002. Mimeografado.

FRANCO, C.; ORTIGÃO, I.; ALBERNAZ, A.; BONAMINO, A.; AGUIAR, G.; ALVES, F.; SÁTYRO, N. Qualidade e equidade em educação: reconsiderando o significado de “fatores intra-escolares”. *Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas Educacionais*, Rio de Janeiro, v.15, n.55, p. 277-298, abr./jun. 2007.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. *Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores Brasileiros*. Brasília, setembro de 1998. 140p. (Coleção Desenvolvimento Humano).

GAZÓLIS, L. *Livro didático e aprendizado de leitura no início do ensino fundamental*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GOMES, G.; MAC DOWELL, M. *Descentralização Política, Federalismo Fiscal e Criação de Municípios: O que é mau para o econômico nem sempre é bom para o social*. Brasília: IPEA, fev. 2000 (Texto para discussão nº 706).

IBAM. *O Municipalismo na Constituição de 1946*. Texto eletrônico. Disponível em : <<http://www.ibam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>.

IBGE. *Munic 2006*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2006/default.shtm>>

INEP/MEC. *Estatísticas do ideb. 2008*.

_____. Comentários sobre os resultados do Censo 2008. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/escolar/news09_02.htm>

_____. *História da Prova Brasil e do SAEB*. Disponível em: <http://provabrasil.inep.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=15&Itemid=14>

_____. *Nota Técnica: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB*. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/Ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf>

_____. *Indicadores demográficos e educacionais*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=10133>

_____. O que explica o crescimento do IDEB entre 2005 e 2007: aumento nas notas ou na aprovação dos alunos? *Na Medida*, Brasília, ano 1, n. 1, 2009 (Boletim de Estudos Educacionais do INEP).

IPEA. *Ipeadata*. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionId=1284244958&Tick=1234749573968&VAR_FUNCAO=Ser_TemasNiv%281423641631%2C2%29&Mod=R>

KLEIN, R. (2006) *A Pré-escola no Brasil*. Trabalho apresentado na I Reunião da ABAVE. Belo Horizonte. MG, maio.

KLEIN, R.; RIBEIRO, S. O censo educacional e o modelo de fluxo: o problema da repetência. *Revista Brasileira de Estatística*, 52, p. 5-45, 1991.

KRAWCZYK, N. O PDE: Novo modo de regulação Estatal? *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v. 38, n. 135, p. 7797-815, set./dez. 2008

LEITE, D. Promoção automática e adequação do currículo ao desenvolvimento do aluno. *Pesquisa e planejamento*, São Paulo, v. 3, p. 15-34, jul. 1959.

LIBÂNEO, J.; FERREIRA, J.; SEABRA, M. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LÜCK, H. Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. *Em Aberto, Brasília*, v. 17, n. 72 p. 11-33, fev./jun. 2000.

MAGALHÃES, J. Emancipação político-administrativa de municípios no Brasil. In: XAVIER, A.; ALBUQUERQUE, C.; MOTA, J.; PIANCASTELLI, M. (Orgs.). *Dinâmica dos municípios*. Brasília: IPEA, 2007, p. 13-52.

MARZOCCHI, M.; OLIVEIRA, A. Interlocução entre autonomia escolar e desempenho: Quais as analogias possíveis? In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. *Anais*. Rio de Janeiro, SBS, 2009.

Disponível em:
http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/16_6_2009_11_59_13.pdf>

MENDES, G.; CAMARGO, R.; MATA, D. Uma análise da Educação nos municípios brasileiros no período 1991-2000. In: XAVIER, A.; ALBUQUERQUE, C.; MOTA, J.; PIANCASTELLI, M. (Orgs.). *Dinâmica dos municípios*. Brasília: IPEA, 2007, p. 113-148.

MENEZES-FILHO, N.; AMARAL, L. *A Relação entre Gastos Educacionais e Desempenho Escolar*. São Paulo, 2009 (mimeo).

MENEZES-FILHO, N.; PAZELLO, E. (2004). Does Money in Schools Matter? Evaluating the Effects of a Funding Reform on Wages and Test Scores in Brazil. PREAL. Disponível em: <<http://www.preal.org/FIE/pdf/FUNDEF%20BRASIL.pdf>>.

MENEZES-FILHO, N.; RIBEIRO, F. Os determinantes da Melhoria do Rendimento Escolar. In: VELOSO, F.; PESSÔA, S.; HENRIQUES, R.; GIAMBIAGI, F. (Orgs.). *Educação Básica no Brasil: Construindo o país do futuro*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

NÓVOA, A. Para uma análise das instituições escolares. In: NÓVOA, ANTÓNIO (ORG). *As organizações escolares em análise*. Lisboa: publicações Dom Quixote, 1992.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. LAGO, L.(Org.). *Como anda Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Organização Socioespacial e Dinâmica Demográfica na Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Março de 2010. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/relatorio_eric.pdf

OLIVEIRA, R. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 100. Especial, p. 661-690, out. 2007.

PAREDES, R.; LEME, M.; SOUZA, A. A municipalização do Ensino Fundamental e seu impacto sobre a proficiência no Brasil. In: VELOSO, F.; PESSÔA, S.; HENRIQUES, R.; GIAMBIAGI, F. (Orgs.). *Educação Básica no Brasil: Construindo o país do futuro*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

QUEIROZ, L. Transformações da estrutura socioespacial: segmentação e polarização na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Cadernos Metrópole*, n.1, 1999.

QUEIROZ, L.; CAMPELO M. Efeito metrópole e acesso às oportunidades educacionais. *Revista Eure*, v. XXXV, n 106, pp. 101-129, dez. 2009.

RIANI, J. Impacto dos fatores familiares, escolares e comunitários na probabilidade de cursar a escola na idade adequada no Ensino Fundamental e Médio. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais*. Caxambu, ABEP, 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_60.pdf>

RIBEIRO, S. A pedagogia da repetência. *Estudos Avançados*, vol.5, n.12, p.07-21, May/Aug. 1991.

SAMMONS, P. As características-chave das escolas eficazes. In: BROOKE, N.; SOARES, J. (Orgs.). *Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SARMENTO, C. D. Criação dos sistemas municipais de ensino. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 26, n. 93, p. 1363-1390, set./dez. 2005.

SAVIANI, D. O plano de desenvolvimento da educação: Análise do projeto do MEC. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 100. Especial, p. 1231-1255, out. 2007.

SIMÕES, A. G. M. População, federalismo e criação de municípios no Brasil: uma análise dos casos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais*. Caxambu, ABEP, 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_40.pdf>

SOARES, J. O efeito da escola no desempenho cognitivo dos seus alunos. *REICE – Revista Electrónica IberoAmericana sobre Calidad, Eficácia y Cambio em Educación*, v. 2, n. 2, 2004a. Disponível em: <http://www.ice.deusto.es/rinace/reice/vol2n2/Soares.pdf>.

_____. Qualidade e equidade na educação básica brasileira: a evidência do SAEB-2001. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, Tempe, v. 12, n. 38, 2004b. Disponível em: <<http://epaa.asu.edu?epaa?v12n38/>>.

TEIXEIRA, R. Espaços, recursos escolares e habilidades de leitura de estudantes da rede pública municipal do Rio de Janeiro: estudo exploratório. *Revista Brasileira de Educação* v. 14 n. 41 maio/ago. 2009.

TOMIO, F. A Criação de Municípios após a Constituição de 1988. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.17, n. 48, fev. 2002.

UNICEF. *Situação da Infância Brasileira*, 2006.

WEBER, S. Como e onde formar professores: Espaços em confronto. *Revista Educação & Sociedade*, ano XXI, n. 70, abril /2000.

Anexos

Anexo 1: Evolução das taxas médias de aprovação da 4ª série (5º ano) do E.F. para as Regiões de Governo por dependência administrativa

NOROESTE FLUMINENSE



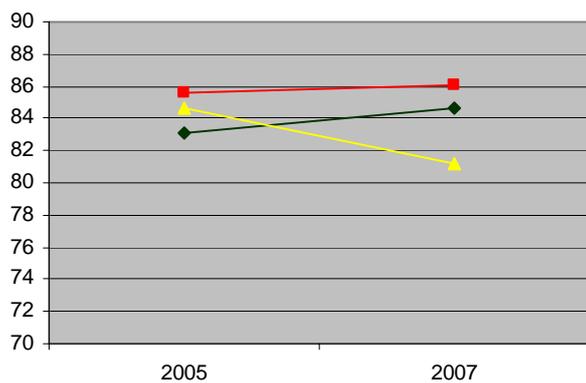
◆ Rede Pública ■ Rede Municipal ▲ Rede Estadual

CENTRO SUL FLUMINENSE



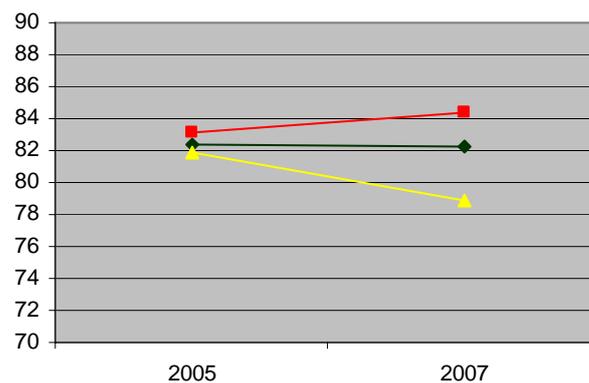
◆ Rede Pública ■ Rede Municipal ▲ Rede Estadual

MÉDIO PARAÍBA



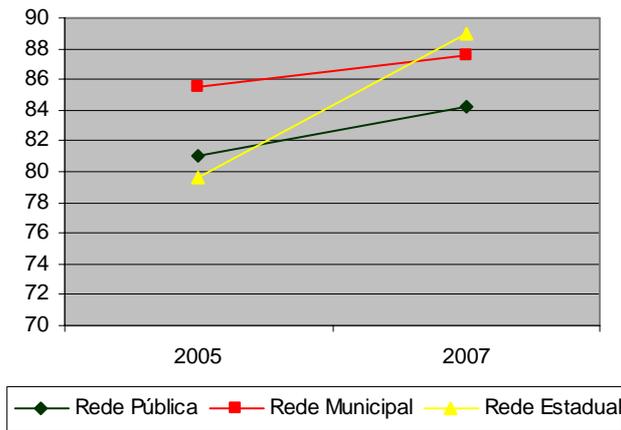
◆ Rede Pública ■ Rede Municipal ▲ Rede Estadual

SERRANA

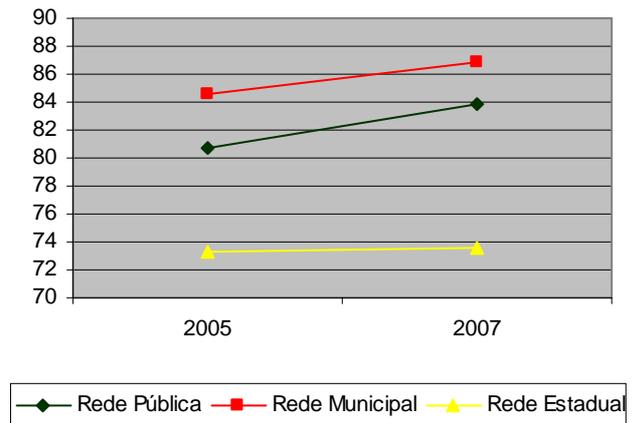


◆ Rede Pública ■ Rede Municipal ▲ Rede Estadual

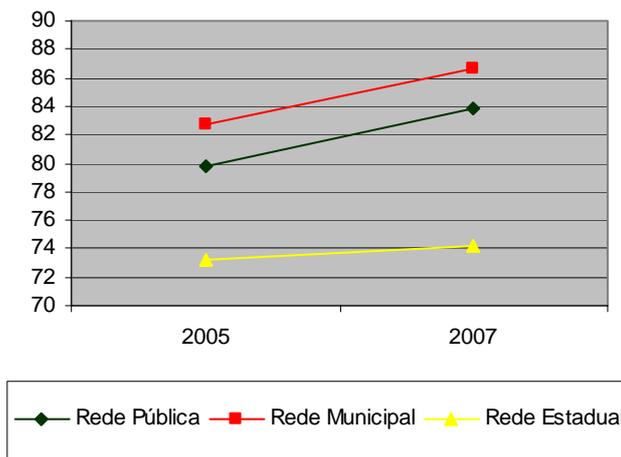
COSTA VERDE



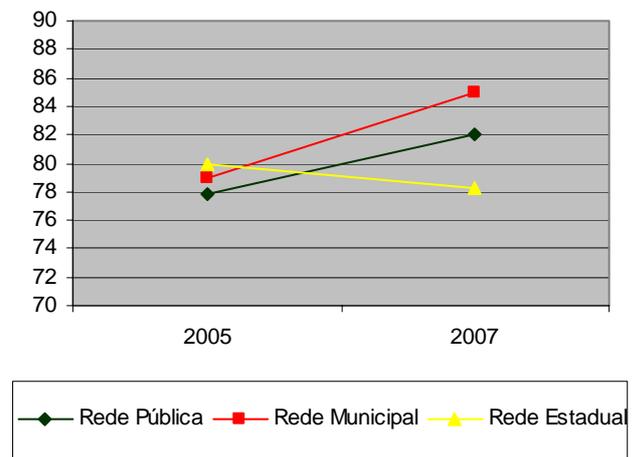
BAIXADAS LITORÂNEAS



METROPOLITANA



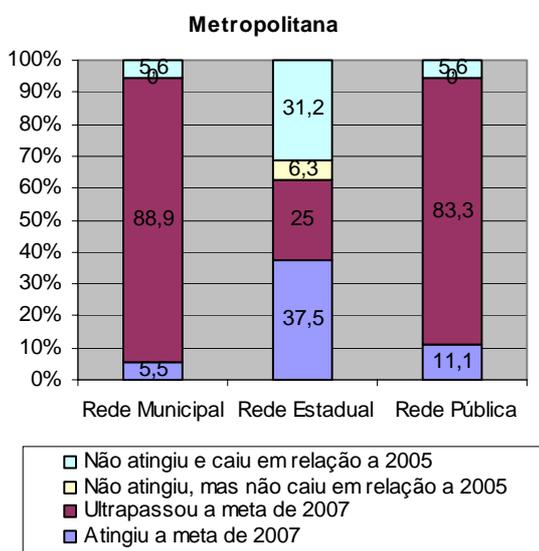
NORTE FLUMINENSE



Fonte: INEP – Estatísticas do Ideb 2008

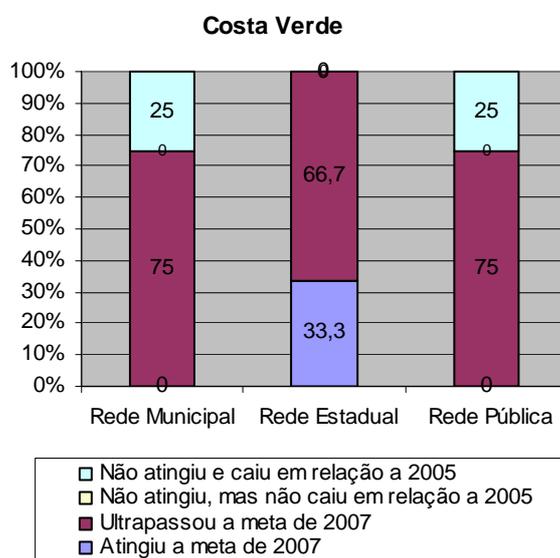
Anexo 2: Situação das Regiões de Governo em relação à meta do IDEB 2007 por dependência administrativa

Situação da Região Metropolitana em relação à meta do Ideb 2007 por dependência administrativa



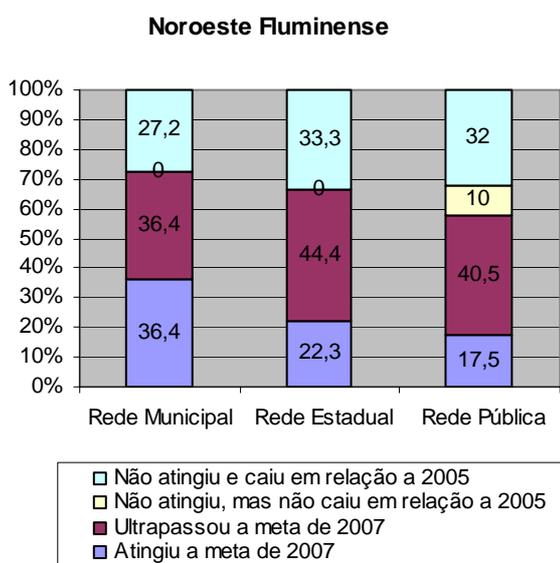
Fonte: INEP – Estatísticas do Ideb 2008

Situação da Região Costa Verde em relação à meta do Ideb 2007 por dependência administrativa



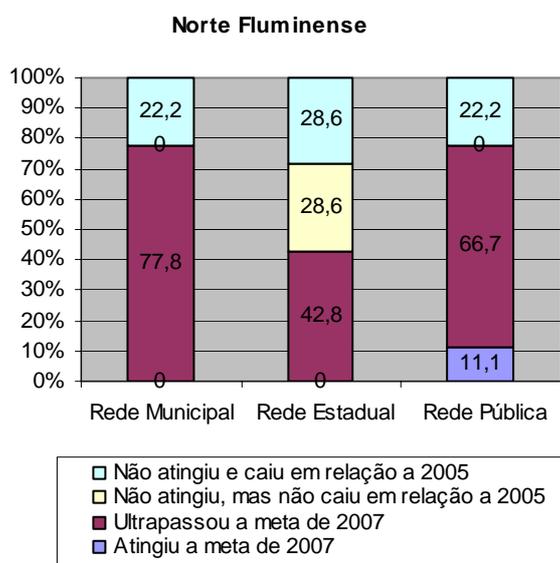
Fonte: INEP – Estatísticas do Ideb 2008

Situação da Região Noroeste Fluminense em relação à meta do Ideb 2007 por dependência administrativa



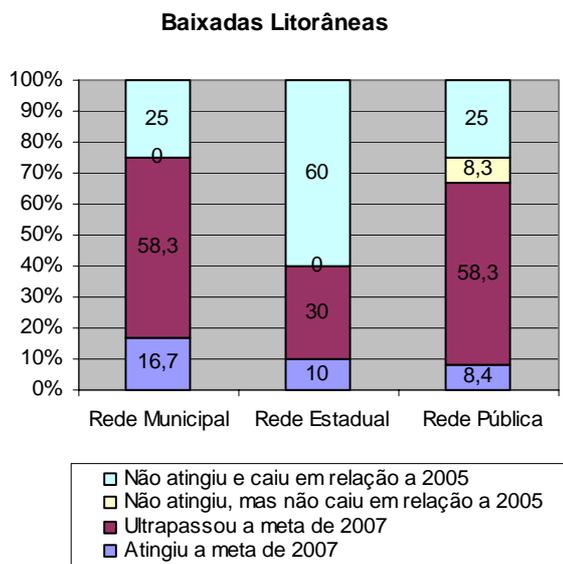
Fonte: INEP – Estatísticas do Ideb 2008

Situação da Região Norte Fluminense em relação à meta do Ideb 2007 por dependência administrativa



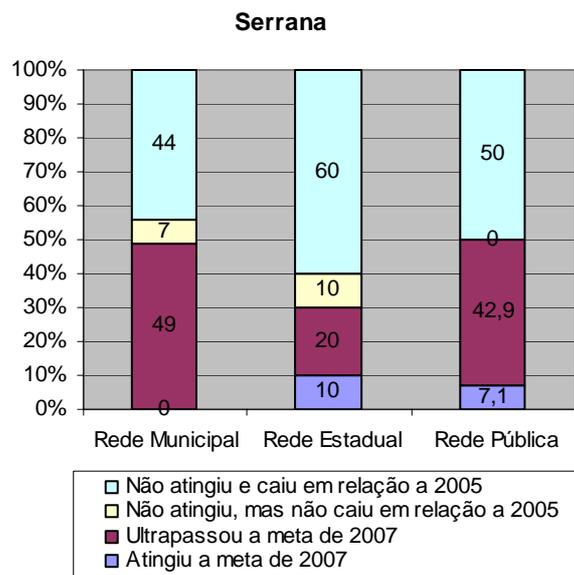
Fonte: INEP – Estatísticas do Ideb 2008

Situação da Região Baixadas Litorâneas em relação à meta do Ideb 2007 por dependência administrativa



Fonte: INEP – Estatísticas do Ideb 2008

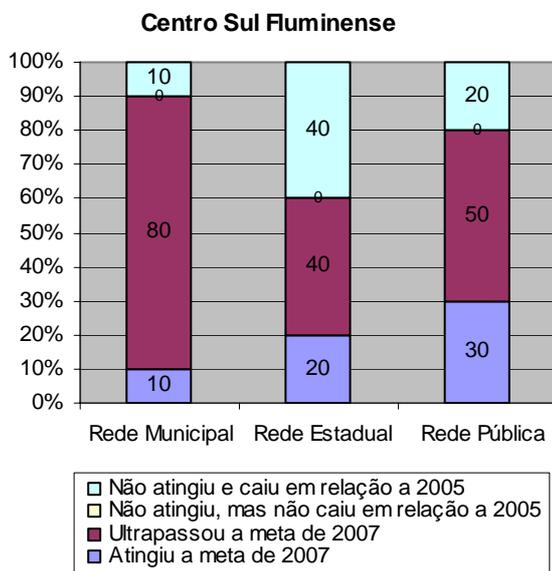
Situação da Região Serrana em relação à meta do Ideb 2007 por dependência administrativa



Fonte: INEP – Estatísticas do Ideb 2008

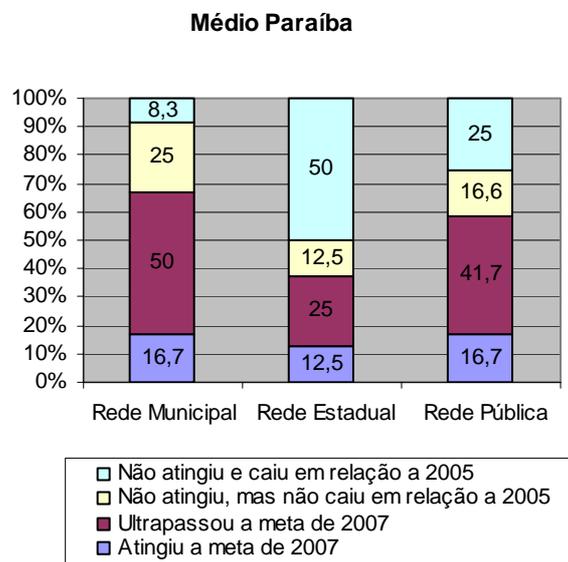
PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0811279/CA

Situação da Região Centro Sul Fluminense em relação à meta do Ideb 2007 por dependência administrativa



Fonte: INEP – Estatísticas do Ideb 2008

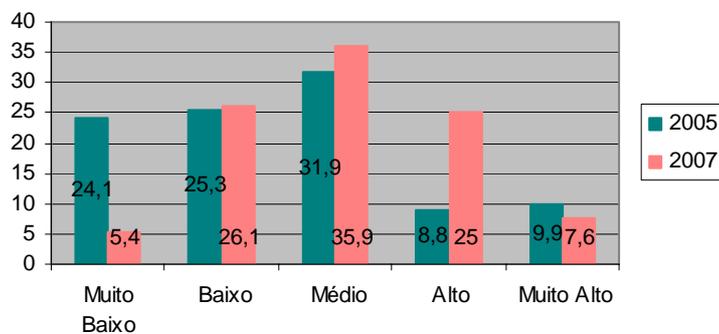
Situação da Região Médio Paraíba em relação à meta do Ideb 2007 por dependência administrativa



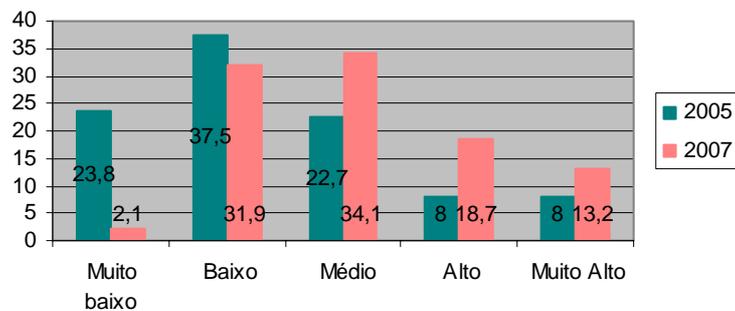
Fonte: INEP – Estatísticas do Ideb 2008

Anexo 3: Situação das Redes de Ensino em relação à classificação do Ideb

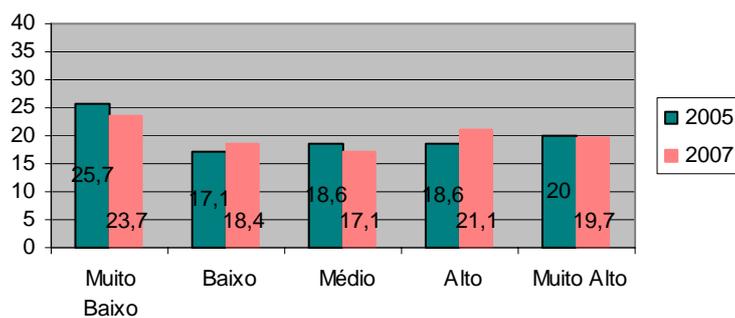
Rede Pública



Rede Municipal



Rede Estadual



Fonte: INEP – Estatísticas do Ideb 2008

Anexo 4: Exemplo de um relatório *Síntese do Indicador do PAR*

SÍNTESE DO INDICADOR		
1. Gestão Educacional		
1. Gestão Democrática: Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino		
Indicador	Pontuação	Critério
1	0	Não se aplica.
2	4	Quando existe um CME devidamente implementado, com regimento interno, escolha democrática dos conselheiros e representados por todos os segmentos; o CME é atuante; zela pelo cumprimento das normas; e auxilia a SME no planejamento municipal da educação, na distribuição de recursos e no acompanhamento e avaliação das ações educacionais.
3	3	Quando o CAE é representado por todos os segmentos; possui um regimento interno; as reuniões não são regulares; o CAE fiscaliza a aplicação dos recursos transferidos; acompanha, em parte, a compra dos alimentos/produtos e a distribuição nas escolas; está parcialmente atento às boas práticas sanitárias, de higiene e ao objetivo de formação de bons hábitos alimentares.
4	2	Quando todas as escolas possuem um PP, que é padrão para toda a rede, tendo sido elaborado diretamente pela SME.
5	0	Não se aplica.
6	0	Não se aplica.
7	4	Quando existe Plano de Carreira para o magistério com boa implementação; resulta ou expressa com clareza uma concepção de valorização do magistério para a qualidade da educação escolar, sendo de conhecimento da comunidade. O Plano estabelece regras claras para ingresso na carreira (por concurso público), avaliação de desempenho e critérios de evolução funcional através de trajetória de formação (formação inicial e continuada) e tempo de serviço; assim como prevê composição da jornada de trabalho com horas-aula e horas-atividade.
8	4	Quando existem regras claras e definidas para o estágio probatório de professores e demais profissionais da educação. Essas regras são de conhecimento e compreensão de todos. O servidor tem acesso aos relatórios e boletins de avaliação de desempenho. As avaliações, tanto para o estágio de professores quanto o dos demais profissionais são realizadas com participação de membros externos ao seu sistema educacional; a avaliação considera aspectos relacionados a assiduidade, resultado dos alunos nas avaliações oficiais, pontualidade, participação na elaboração do PP e participação nas discussões ou trabalhos pedagógicos. O período de estágio probatório é visto como um momento ideal para complementar a formação do professor orientando a prática docente e acompanhando o seu desenvolvimento.
9	1	Quando não existe Plano de Carreira.
2. Desenvolvimento da Educação Básica: ações que visem a sua universalização, a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem assegurando a equidade nas condições de acesso e permanência e conclusão na idade adequada		
Indicador	Pontuação	Critério
1	0	Não se aplica.
2	1	Quando não existem atividades no contraturno em nenhuma escola da rede, nem estão contempladas no PME e nos PP.
3	3	Quando a SME e as escolas divulgam, em parte, os resultados das avaliações oficiais do MEC; apenas parte destes resultados é analisada e discutida com comunidade escolar (o CE raramente participa desta discussão); gerando eventualmente estratégias para melhoria.
3. Comunicação com a Sociedade		
Indicador	Pontuação	Critério
1	4	Quando existem, por parte da SME e de todas as escolas, acordos com

		parceiros externos (ONGs, Institutos, Fundações etc) para o desenvolvimento de atividades complementares às realizadas nas escolas, visando a formação integral dos alunos.
2	0	Não se aplica.
3	4	Quando as escolas da rede são utilizadas pela comunidade em atividades esportivas, culturais e/ou para discussão de questões de interesse da comunidade; a comunidade é estimulada a participar e ocupar o espaço escolar para desenvolver atividades de integração; a SME estimula e apóia a utilização do espaço escolar pela comunidade.
4	3	Quando o poder público recupera e mantém, esporadicamente, espaços públicos de lazer, esportivos e outros, que podem ser utilizados pela comunidade escolar. Existe uma política de incentivo para esta prática, porém não implementada.
4. Suficiência e estabilidade da equipe escolar		
Indicador	Pontuação	Critério
1	4	Quando todas as escolas da rede apresentam uma relação matrícula/professor adequada resultante de uma política da SME que visa garantir boas condições de trabalho ao professor e considera as necessidades pedagógicas das diversas faixas etárias.
2	4	Quando a SME e as escolas calculam o número de remoções e substituições do quadro de professores da rede; esse cálculo é analisado e gera um planejamento para que no ano seguinte as remoções e substituições sejam reduzidas e realizadas de maneira a não gerar prejuízos para o aprendizado dos alunos. O planejamento é feito para todas as etapas de ensino ofertadas pela rede.
5. Gestão de Finanças		
Indicador	Pontuação	Critério
1	4	Quando existe a implementação de mecanismos de fiscalização e controle, tanto interno quanto externo e social, que assegurem o rigoroso cumprimento do dispositivo constitucional de vinculação de recursos da educação, através da análise e divulgação periódica do demonstrativo de investimentos, seja a todas as unidades escolares, seja por outras formas de publicização.
2	3	Quando a aplicação dos recursos de redistribuição e complementação do Fundeb acontece de acordo com os princípios legais; as áreas prioritárias eventualmente provêm de um diagnóstico situacional e o controle social é exercido parcialmente pelo Conselho responsável.
2. Formação de Professores e de Profissionais de Serviços e Apoio Escolar		
1. Formação inicial de Professores da Educação Básica.		
Indicador	Pontuação	Critério
1	4	Quando todos os professores que atuam nas creches possuem habilitação adequada.
2	4	Quando todos os professores que atuam na pré-escola possuem habilitação adequada.
3	3	Quando parte (mais de 50%) dos professores da rede que atuam nos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental possuem formação superior em curso de licenciatura.
4	4	Quando todos os professores da rede que atuam nos anos/séries finais do Ensino Fundamental possuem formação superior na área/ disciplina de atuação.
2. Formação Continuada de Professores da Educação Básica		
Indicador	Pontuação	Critério
1	1	Quando não existem políticas voltadas para a formação continuada dos professores que atuam na Educação Infantil (creches e pré-escolas).
2	2	Quando existem políticas sem implementação, ou com implementação acidental, voltadas para a formação continuada dos professores que atuam nos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental; estas não visam integralmente a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita, da matemática e dos demais componentes curriculares.
3	1	Quando não existem políticas voltadas para a formação continuada dos

professores que atuam nos anos/séries finais do Ensino Fundamental, visando a melhoria da qualidade de aprendizagem de todos os componentes curriculares,

3. Formação de Professores da Educação Básica para atuação em educação especial, escolas do campo, comunidades Quilombolas ou Indígenas.

Indicador	Pontuação	Critério
1	0	Não se aplica.

4. Formação inicial e continuada de professores da Educação Básica para cumprimento da Lei 10.639/03

Indicador	Pontuação	Critério
1	1	Quando não existem políticas voltadas para a formação inicial e continuada dos professores visando o cumprimento da Lei 10.639/03.

5. Formação do Profissional de Serviços e apoio Escolar

Indicador	Pontuação	Critério
1	0	Não se aplica.

3. Práticas Pedagógicas e Avaliação

1. Elaboração e Organização das práticas pedagógicas

Indicador	Pontuação	Critério
1	2	Quando existem coordenadores ou supervisores pedagógicos lotados na SME os quais apenas realizam visitas esporádicas às escolas.
2	2	Quando ocorrem reuniões e horários de trabalhos pedagógicos, esporadicamente, para discussão de conteúdos e metodologias de ensino, mas estas não contam com a participação de todos os professores. Estas reuniões/horários não estão previstos no calendário escolar.
3	4	Quando a SME e as escolas estimulam e dão condições para a realização de práticas pedagógicas fora do espaço escolar. (Exemplos: atividades culturais, como visitas a museus, cinema, teatro, exposições, entre outros; atividades de educação ambiental, como passeios ecológicos, visitas à estação de tratamento de água e esgoto, lixo, entre outros; atividades de integração com a comunidade do entorno).
4	0	Não se aplica.

2. Avaliação da aprendizagem dos alunos e tempo para assistência individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem.

Indicador	Pontuação	Critério
1	4	Quando além dos aspectos informativos (notas), os professores utilizam elementos formativos para gerar o conceito final; estimulam a auto-avaliação; e existem atividades interdisciplinares com regularidade.
2	4	Quando a escola oferece tempo para assistência individual e/ou coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem e informa aos alunos e pais que, se for necessário ao avanço da aprendizagem, o aluno terá direito, durante todo o ano letivo, a usufruir de mais tempo para realizar estudos com assistência individual ou coletiva, oferecida periodicamente em horários diferentes aos do normal da sala de aula.
3	4	Quando existem mecanismos claros e definidos para o registro diário da frequência dos alunos. A escola entra em contato com os pais para saber o motivo da ausência por mais de 03 dias consecutivos; a escola comunica as instâncias pertinentes quando não consegue trazer o aluno de volta à frequência regular.
4	4	Quando existem políticas específicas e implementadas para a correção de fluxo (repetência e evasão), que oferecem condições para superar as dificuldades de aprendizagem e prevenir as distorções idade- série.

4. Infra-Estrutura Física e Recursos Pedagógicos

1. Instalações físicas gerais

Indicador	Pontuação	Critério
1	4	Quando as instalações da biblioteca são adequadas para a organização e armazenamento do acervo; proporciona a realização de estudos individuais e em grupo.

2	0	Não se aplica.
3	0	Não se aplica.
4	3	Quando parte das escolas da rede possuem cozinha devidamente equipada e em bom estado de conservação; existem espaços adequados para o armazenamento dos alimentos; as escolas dispõem de refeitório com capacidade adequada.
5	0	Não se aplica.
6	0	Não se aplica.
7	2	Quando menos de 50% das instalações e equipamentos das escolas são adequados ao fim a que se destinam e estão em bom estado de conservação.
2. Integração e Expansão do uso de Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Pública		
Indicador	Pontuação	Critério
1	0	Não se aplica.
2	0	Não se aplica.
3. Recursos Pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais		
Indicador	Pontuação	Critério
1	2	Quando o acervo é inadequado para uma ou mais etapas de ensino; não atende necessidades dos alunos e professores.
2	2	Quando parte (menos de 50%) das escolas da rede possui materiais pedagógicos diversos (mapas, jogos, dicionários, brinquedos), porém a quantidade existente não atende a necessidade de alunos e professores. Ou Quando parte das escolas da rede possui apenas materiais como mapas e dicionários, em quantidade insuficiente para atender alunos e professores e não dispõem de materiais lúdicos (jogos e brinquedos).
3	1	Quando não existem equipamentos e materiais esportivos nas escolas da rede.
4	0	Não se aplica.
5	0	Não se aplica.

Fonte: SIMEC - Ministério da Educação

Anexo 5: Relação de Indicadores selecionados para a pesquisa para os municípios fluminenses por dimensão analisada

DIMENSÃO	INDICADORES
Gestão Educacional	Indicador critérios para a escolha do diretor.
	Indicador existência, acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME).
	Indicador Plano de carreira para o magistério.
	Indicador implantação e organização do ensino fundamental de nove anos.
	Indicador cálculo de remoções e substituições de professores.
	Indicador aplicação dos recursos de redistribuição do FUNDEB.
Formação de Professores e de Profissionais de Serviços e Apoio Escolar	Indicador qualificação dos professores que atuam nas séries iniciais do Ensino Fundamental.
	Indicador existência e implementação de políticas para a formação continuada de professores.
Práticas Pedagógicas e Avaliação	Indicador presença de coordenadores e supervisores pedagógicos.
	Indicador programação de reuniões pedagógicas.
	Indicador formas de registro da frequência do aluno.
	Indicador políticas de correção de fluxo.
Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos	Indicador condições físicas das instalações gerais e mobiliário.
	Indicador existência de computadores ligados à rede mundial de computadores e utilização de recursos de informática.
	Existência de recursos audiovisuais.
	Suficiência e diversidade do acervo bibliográfico.